



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 29/XV/ 1.ª SL

Aos 29 dias do mês de junho de 2022, pelas 09:42 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Audição da Senhora Secretário de Estado no âmbito da apreciação da [Conta Geral do Estado 2020](#)**
 2. **Aprovação das atas n.º 20 a 22**
 3. **Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 240/XIV/2.ª](#) – “Reconhecimento da Morada Única Digital pela AT, dispensando a nomeação de representante fiscal até 30 Junho 2021 (ou extensão do prazo até que este serviço esteja disponível)”**
 4. **Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 173/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Determina a realização de um estudo sobre renegociação ou perdão da dívida da Ucrânia a Portugal;
Cabe ao GP PS**
 5. **Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de relator da [Petição n.º 23/XV/1.ª](#) – GPL auto em Portugal;
Cabe ao GP PS**
 6. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PSD para audição urgente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).**
 7. **Outros assuntos**
-



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 29/XV/ 1.ª SL

1. **Audição da Senhora Secretário de Estado no âmbito da apreciação da [Conta Geral do Estado 2020](#)**

O Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças abriu os trabalhos, cumprimentando a Senhora Secretária de Estado do Orçamento Sofia Batalha, bem como os Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito da apreciação da Conta Geral do Estado de 2020.

Após a intervenção inicial da Senhora Secretária de Estado do Orçamento, usaram da palavra, em sede de primeira ronda, os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Sérgio Ávila (PS), Rui Paulo Sousa (CH), Carla Castro (IL) e Mariana Mortágua (BE), tendo a Senhora Secretária de Estado respondido individualmente a cada uma das questões.

Em sede de segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Hugo Costa (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD) e Carla Castro (IL). A Senhora Secretária de Estado respondeu ao conjunto de questões colocadas pelos Senhores Deputados.

No âmbito de terceira ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Joaquim Miranda Sarmiento (PSD), Sérgio Ávila (PS) e Carla Castro (IL), tendo a Senhora Secretária de Estado do Orçamento respondido ao conjunto de questões colocadas pelos Senhores Deputados.

Após a conclusão das intervenções mencionadas, o Senhor Presidente agradeceu a presença da Senhora Secretária de Estado, posto o que deu por finalizada a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo pode ser consultada na [página internet](#) da audição.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 29/XV/ 1.ª SL

2. Aprovação das atas n.º 20 a 22

Não havendo pedidos de palavra sobre este ponto, o Senhor Presidente colocou as atas *supracitadas* a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PCP.

3. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 240/XIV/2.ª](#) – “Reconhecimento da Morada Única Digital pela AT, dispensando a nomeação de representante fiscal até 30 Junho 2021 (ou extensão do prazo até que este serviço esteja disponível)”

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado relator Carlos Brás (PS) para uma breve exposição a incidir sobre o relatório *supra*.

Ato contínuo, o Senhor Deputado relator agradeceu ao Senhor Presidente, iniciando a sua exposição com a apresentação do conteúdo da petição, intimamente relacionada com a saída do Reino Unido da União Europeia e com o Despacho n.º 514/2020-XXII do Secretário de Estado Adjunto dos Assuntos Fiscais (SEAF) de 23 de dezembro, que, considerando o Brexit, determina que «a designação de representante fiscal por parte dos cidadãos e pessoas coletivas que se encontram registados na base de dados da AT e possuam a morada no Reino Unido, possa ser realizada no prazo de seis meses, a partir de 1 de janeiro de 2021, sem qualquer penalidade». Num ponto de vista formal, o Senhor Deputado destacou o cumprimento dos requisitos legais para a admissão da Petição, confirmando a inexistência de quaisquer causas de indeferimento liminar e os pedidos de informação endereçados (para o SEAF e para a Diretora da Autoridade Tributária). De seguida, o Senhor Deputado evidenciou a emissão do Despacho n.º 85/2022-XXIII do SEAF (que revogou o Despacho citado acima, determinando ainda que «pode ser realizada até 31 de dezembro de 2022, sem qualquer penalidade, a designação de representante fiscal ou, em alternativa, a adesão ao regime de notificações e citações eletrónicas no Portal as Finanças ou à caixa postal eletrónica, por parte dos sujeitos passivos que se encontram registados na base de dados da AT e possuam a morada no Reino Unido») e do subsequente Ofício Circulado da AT n.º 90054 (relativo à representação fiscal do não residente), dois atos que deram corpo às pretensões da petição em apreço. Nesta sequência, o Senhor Deputado Relator



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 29/XV/ 1.ª SL

informou que houvera providenciado no sentido de contactar a Primeira Peticionária, sendo que esta não teve disponibilidade para uma audição, mais informando que tinha tido conhecimento do Despacho n.º 85/2022-XXIII do SEAF, concluindo que tinha sido concretizado o objetivo pretendido na Petição. O Senhor Deputado finalizou a sua exposição, dispensando-se de emitir opinião pública nesta sede, propondo que a Petição fosse publicada em Diário da Assembleia da República e que fosse o relatório remetido ao Senhor Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares e Peticionários, afirmando que o Governo teria sido mais célere que o Parlamento, o que registou com agrado.

O Senhor Presidente agradeceu a explanação, colocando o relatório à discussão, não tendo havido pedidos de palavra. Seguidamente, foi o mesmo proposto a votação, cujo resultado foi a aprovação por unanimidade, na ausência do PCP.

- 4. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 173/XV/1.ª \(PAN\)](#) –
Determina a realização de um estudo sobre renegociação ou perdão da
dívida da Ucrânia a Portugal;
Cabe ao GP PS**

O Senhor Deputado Miguel Matos (PS) indicou que o parecer competiria ao Senhor Deputado Miguel Iglésias (PS), tendo o Senhor Presidente lembrado que o Projeto de Lei em questão estaria agendado para a reunião Plenária de dia 7 de julho, pelo que seria conveniente a apreciação do parecer na próxima reunião da Comissão de Orçamento e Finanças.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) estranhou que a mencionada iniciativa estivesse agendada para o dia 7, perguntando se teria ocorrido um arrastamento, ao que o Senhor Presidente respondeu que seria essa a informação que tinha disponível. O Senhor Deputado questionou este contexto, pois quando o Projeto de Lei deu entrada no Parlamento, já uma outra iniciativa do BE sobre a mesma matéria estava agendada, e, portanto, interrogou como fora possível arrastar uma iniciativa que não existia quando o respetivo agendamento já estava feito.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 29/XV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente respondeu que os agendamentos de Plenário não competem às Comissões, existindo outras sedes onde a questão poderia ser colocada.

A Senhora Deputada Carla Castro (IL) interveio no sentido de esclarecer a situação, afirmando que a iniciativa houvera sido agendada dentro dos trâmites determinados, ou seja, neste particular caso, dentro das 48 horas seguintes à última Conferência de Líderes.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) salvaguardou que é possível agendar um Projeto dentro das 48 horas seguintes à Conferência de Líderes, desde que o mesmo tenha entrado antes dela, o que, assegurou, tal não sucedeu com a iniciativa em questão, que entrara depois da Conferência de Líderes.

O Senhor Presidente concluiu a discussão, lembrando que nada se agenda sem o assentimento de todas as forças políticas, o que teria sucedido no caso em apreço.

5. Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de relator da [Petição n.º 23/XV/1.ª](#) – GPL auto em Portugal;

Cabe ao GP PS

Atendendo ao número de subscritores da Petição *supra*, o Senhor Presidente recordou que seria necessária a nomeação de relator, tendo Senhor Deputado Miguel Matos (PS) indicado que tal função competiria ao Senhor Deputado Hugo Pires (PS).

6. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PSD para audição urgente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM);

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) para a exposição do conteúdo do requerimento mencionado.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 29/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado começou por declarar a natureza descritiva do requerimento, manifestando as preocupações subjacentes relativamente ao funcionamento atual da CMVM. Depois de introduzir e apresentar as funções e composição do regulador, à luz do artigo 10.º dos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 5/2015, de 8 de janeiro, o Senhor Deputado notou que o Conselho de Administração desta entidade não tem funcionado com a composição completa, tendo operado no âmbito das suas atribuições com apenas dois membros com total disponibilidade desde há vários meses, sendo ambos vogais, considerando o pedido de afastamento do seu Presidente por razões de saúde, pouco tempo após a sua nomeação. Desta forma, citando o requerimento *sub judice*, o Senhor Deputado declarou que esta situação não é compaginável com a atividade do regulador, cujo Conselho de Administração é composto por cinco membros. Desta forma, foi requerida a audição urgente da CMVM, para prestação de esclarecimentos sobre o modo de funcionamento atual da entidade.

O Senhor Presidente agradeceu a exposição, dando a palavra à Senhora Deputada JAMILA MADEIRA (PS), que solicitou o adiamento da discussão do requerimento, ficando esta agendada para a próxima reunião.

7. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou os Senhores Deputados que já houvera sido oficiado, junto ao Gabinete do Presidente da Assembleia da República, a solicitação ao Governo de uma versão desclassificada do Relatório de Auditoria ao Novo Banco, não só porque seria desejável em termos técnicos que fosse a entidade auditora que o fizesse, mas também porque esta já teria comunicado em tempo oportuno que disponibilizaria uma segunda versão não confidencial do documento.

Por fim, o Senhor Presidente recordou a agenda parlamentar do mês de julho, relativamente aos Plenários a realizar antes da suspensão dos trabalhos e, no caso particular da Comissão de Orçamento e Finanças, as audições confirmadas do Governador e Vice-Governador do Banco de Portugal, no âmbito do Plano de Atividades estabelecido para a sessão legislativa em curso e no âmbito do requerimento relativo



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 29/XV/ 1.ª SL

ao comissionamento bancário, respetivamente, bem como a discussão da Conta Geral do Estado.

A reunião foi encerrada às 11:17 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de julho de 2022.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 29/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Carlos Brás (PS)
Carlos Pereira (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Hugo Costa (PS)
Jamila Madeira (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Pedro Anastácio (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
Joaquim Miranda Sarmento (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Patrícia Dantas (PSD)
Paula Cardoso (PSD)
Carla Castro (IL)
Mariana Mortágua (BE)
Inês De Sousa Real (PAN)
Hugo Carvalho (PS)
Isaura Morais (PSD)
Rui Paulo Sousa (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves (PS)
Bruno Dias (PCP)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 29/XV/ 1.ª SL

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco (PSD)

Sérgio Marques (PSD)

Rui Afonso (CH)